



Departamento do Agronegócio

# AgroLegis

*Federal*

Acompanhamento de  
Legislações

24 de maio de 2013  
Edição 123

*Documento Interno*

# Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Presidente: **Paulo Skaf**

## Departamento do Agronegócio

Diretor Titular: **Benedito da Silva Ferreira**

Diretores:

Divisão de Insumos: **Mario Sergio Cutait**

Divisão de Produtos de Origem Vegetal: **Laodse Denis de Abreu Duarte**

Divisão de Produtos de Origem Animal: **Francisco Turra**

Divisão de Cafés, Confeitos, Trigo e Panificação: **Nathan Herszkowicz**

Gerente: **Antonio Carlos Costa**

Equipe Técnica:

**Anderson dos Santos**

**Fabiana Cristina Fontana**

**Fernando dos Santos Macêdo**

**Lhais Sparvoli Cardoso da Silva**

**Maria de Lourdes Rillo**

Apoio Institucional: **Rachel Colsera**

## Índice:

### Lácteos

#### PROJETO DE LEI, Nº 5.518 DE 2013 \_\_\_\_\_ 02

*Dispõe sobre o aproveitamento de créditos acumulados no âmbito do PIS/Pasep e da Cofins por empresas produtoras de laticínios.*

### Trabalho

#### PROJETO DE LEI, Nº 5.517 DE 2013 \_\_\_\_\_ 04

*Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre jornada de trabalho, horas de descanso e horas extraordinárias de motoristas, em face do transporte de produtos perecíveis.*

#### PROJETO DE LEI, Nº 3.796 DE 2008 \_\_\_\_\_ 06

*Institui o selo de qualidade nas relações de trabalho no cultivo e na indústria canavieira.*

### Meio Ambiente

#### PROJETO DE LEI, Nº 3.371 DE 2012 \_\_\_\_\_ 10

*Dispõe sobre a revisão quinquenal da Lei que institui o código florestal brasileiro.*

### Alimentos

#### PROJETO DE LEI, Nº 1.370 DE 2011 \_\_\_\_\_ 13

*Proíbe a utilização de dióxido de titânio em alimentos e cosméticos.*

#### PROJETO DE LEI Nº 505, DE 2011 \_\_\_\_\_ 16

*Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação em cardápios e cartazes de bares, restaurantes, lanchonetes e similares sobre os valores calóricos dos alimentos e refeições oferecidos ao consumidor.*

#### PROJETO DE LEI, Nº 826 DE 2007 \_\_\_\_\_ 19

*Proíbe a industrialização e comercialização de produtos alimentícios em cuja composição conste gordura transaturada.*

## PROJETO DE LEI, Nº 5.518 DE 2013

*Autor: Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural*

*Dispõe sobre o aproveitamento de créditos acumulados no âmbito do PIS/Pasep e da Cofins por empresas produtoras de laticínios.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei permite que empresas produtoras de laticínios utilizem seu créditos acumulados no âmbito do PIS/Pasep e da Cofins: compensando-os com débitos tributários próprios; obtendo o ressarcimento em dinheiro; para abater o saldo de parcelamentos de débitos tributários; ou transferindo-os para empresas fornecedoras de máquinas, equipamentos, embalagens e insumos para a produção de derivados do leite.

Art. 2º O saldo de créditos presumidos acumulados relativamente à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), apurado ao final de cada trimestre do ano civil, por empresas produtoras de laticínios, classificadas no grupo 105 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, poderá ser:

I - compensado com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

II - ressarcido em dinheiro, acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente a partir do mês subsequente ao da solicitação de ressarcimento até o mês anterior ao do pagamento, e de um por cento relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado;

III – utilizado para o abatimento do saldo remanescente de débitos consolidados pelos parcelamentos previstos na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, de que trata a Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, no Parcelamento Especial – PAES, de que trata a Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no Parcelamento Excepcional – PAEX, de que trata a Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, no parcelamento previsto no art. 38 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e no parcelamento previsto no art. 10 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, mesmo que tenham sido excluídos dos respectivos programas e parcelamentos; ou

IV - transferido para empresas fornecedoras de máquinas, equipamentos, embalagens e insumos para a produção de derivados do leite.

§ 1º A compensação prevista no inciso I do caput aplicasse inclusive às contribuições sociais a que se refere o art. 2º da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007.

§ 2º O disposto neste artigo também se aplica ao saldo credor da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins apurado na forma do art. 3º das Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e do art. 15 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, acumulado ao final de cada trimestre do ano-calendário em virtude do disposto no art. 17 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004.

Art. 3º A Secretaria da Receita Federal do Brasil regulamentará o disposto nesta Lei no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

---

### Justificativa:

No âmbito do PIS/Pasep e da Cofins, a legislação tributária concede crédito presumido, suspensão da incidência e redução a zero da alíquota desses tributos, com o objetivo de desonerar e minimizar a cumulatividade tributária nas fases subsequentes da cadeia de produção e comercialização dos produtos beneficiados.

No entanto, essas medidas não têm sido totalmente eficazes, haja vista o crescente acúmulo de créditos em inúmeras empresas, especialmente no setor agropecuário, as quais se vêm impossibilitadas de aproveitar os créditos a que têm direito.

O acúmulo dos créditos se deve a imperfeições na modelagem do regime de incidência das contribuições, que não permite a desoneração desejada ao longo das cadeias produtivas dos setores para os quais são concedidos os regimes especiais de tributação.

Esse problema de acúmulo de créditos é especialmente visível entre as empresas exportadoras, pois, apesar dos produtos exportados gozarem de imunidade constitucional, os tributos incorporados às etapas anteriores de incidência muitas vezes não têm podido ser desonerados.

O presente projeto de lei visa equacionar esse problema entre as empresas do setor leiteiro, um dos mais prejudicados pela vedação ao aproveitamento de créditos do PIS/Cofins.

De outro lado, a racionalização tributária nesse setor contribuirá para o aumento de investimentos e para a diminuição de custos, com resultados benéficos para a política macroeconômica, que ganhará mais graus de liberdade no controle da inflação e da balança de comércio exterior.

Assim, pedimos o apoio de todos os nobres parlamentares para que possamos aprovar esse relevante e necessário projeto.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 2013.

Deputado GIACOBO

Presidente

---

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=575870>

**Data de Apresentação:** 07/05/2013

**Ementa:** Dispõe sobre o aproveitamento de créditos acumulados no âmbito do PIS/Pasep e da Cofins por empresas produtoras de laticínios.

**Indexação:** Autorização, empresa de laticínios, utilização, crédito, Pis/Pasep, Cofins, ressarcimento, dinheiro, abatimento, saldo, débito tributário, transferência, fornecedor, máquina, equipamento, embalagem, insumo, produção, derivado, leite.

---

## Tramitação:

**07/05/2013 - PLENÁRIO (PLEN)**

*Apresentação do Projeto de Lei n. 5518/2013, pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, que: "Dispõe sobre o aproveitamento de créditos acumulados no âmbito do PIS/Pasep e da Cofins por empresas produtoras de laticínios".*

## PROJETO DE LEI, Nº 5.517 DE 2013

*Autor: Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural*

*Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre jornada de trabalho, horas de descanso e horas extraordinárias de motoristas, em face do transporte de produtos perecíveis.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta dispositivo ao artigo 235-C, da CLT, para dispor sobre jornada de trabalho, horas de descanso e horas extraordinárias de motoristas, em face do transporte de produtos perecíveis.

Art. 2º O art. 235-C da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 10:

“Art. 235-C.....

.....

.....

§ 10. No cumprimento da jornada de trabalho, horas de descanso e horas extraordinárias, não se ignorarão as exigências do transporte de produtos perecíveis a fim de que estes cheguem ao seu destino em perfeitas condições de comercialização e consumo, devendo os períodos de tempo previstos neste artigo serem ajustados conforme as particularidades e características desse transporte e do grau de perecibilidade do produto transportado.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

---

### Justificativa:

Um dos principais obstáculos que se oferecem ao cumprimento da Lei nº 12.619, de 2012, que dispõe sobre o exercício da profissão de motorista, diz respeito ao transporte de produtos perecíveis.

Com efeito, pelas características e grau de perecibilidade desses produtos, nem sempre há condições dos motoristas que os transportam cumprirem as mesmas condições de jornada de trabalho, horas de descanso e horas extraordinárias que os motoristas de cargas não perecíveis, da forma como estabelece, indistintamente, a lei. Na verdade, as atuais exigências legais podem impedir que os produtos perecíveis cheguem a seu destino final em boas condições de comercialização e consumo. Essa é uma grande preocupação do setor de produção leiteira e do de hortifrutigranjeiros, por exemplo.

Sabemos que na Câmara dos Deputados desenvolvem-se atualmente os trabalhos de uma Comissão Especial destinada a debater a Lei nº 12.619/2012, e que nas audiências públicas por ela promovidas já emergiram, com destaque, essas preocupações.

Também, levando em conta as conclusões da Subcomissão Permanente sobre a Produção do Leite, desenvolvida nos últimos dois anos no âmbito da Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, vemos que há necessidade de ajustes na referida lei, para que o setor não tenha prejuízos.

Como nossa contribuição ao aperfeiçoamento da Lei nº 12.619, de 2012, notadamente no que diz respeito à alteração por ela promovida na CLT, bem como em vista do atendimento das necessidades dos consumidores, principalmente quanto à qualidade dos produtos alimentícios transportados, estamos propondo o presente projeto de lei, o qual esperamos seja aprovado pelos ilustres Parlamentares.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 2013.

Deputado GIACOBO

Presidente

---

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=575869>

**Data de Apresentação:** 07/05/2013

**Ementa:** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre jornada de trabalho, horas de descanso e horas extraordinárias de motoristas, em face do transporte de produtos perecíveis.

**Indexação:** Alteração, legislação trabalhista, CLT, ajuste, jornada de trabalho, descanso, hora extra, motorista, transporte, conservação, condição, consumo, comercialização, produto perecível.

---

## Tramitação:

**07/05/2013 - PLENÁRIO (PLEN)**

*Apresentação do Projeto de Lei n. 5517/2013, pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre jornada de trabalho, horas de descanso e horas extraordinárias de motoristas, em face do transporte de produtos perecíveis".*

## PROJETO DE LEI, Nº 3.796 DE 2008

*Autor: Eduardo Valverde - PT /RO*

*Institui o selo de qualidade nas relações de trabalho no cultivo e na indústria canavieira.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o selo de qualidade nas relações de trabalho no cultivo e na indústria canavieira, para distinguir as empresas ou instituições que observam a legislação trabalhista e estimulam a melhoria da qualidade de vida de seus trabalhadores.

Art. 2º Para que a empresa ou instituição faça jus ao selo, deve atender aos seguintes requisitos:

I – possuir certidão negativa de autuações trabalhistas;

II – estar adimplente com suas obrigações fundiárias e previdenciárias;

III - fornecer aos empregados, gratuitamente, programa de alfabetização com instrutor devidamente capacitado, ou mediante contrato ou convênio com instituição pública ou privada, cuja atividade seja dedicada ao ensino, a ser ministrado preferencialmente no local de trabalho.

IV – demonstrar política de inclusão de mulheres e de portadores de deficiência física no ambiente de trabalho .

Art. 3º As empresas que preencherem os requisitos e forem avaliadas positivamente:

I – terão preferência na obtenção de recursos no âmbito dos programas executados pelos estabelecimentos federais de crédito, desde que a empresa e o projeto de financiamento atendam a todos os critérios e exigências estabelecidos pelas instituições federais de crédito;

II – receberão o selo “Empresa Modelo na Gestão da Qualidade do Trabalho” a ser concedido pelo Governo Federal.

Parágrafo único. As empresas que obtiverem o selo disposto neste artigo poderão utilizá-lo em peças publicitárias, placas informativas e papéis timbrados, como forma de demonstrar à sociedade sua contribuição no combate ao analfabetismo.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

---

### Justificativa:

A imprensa sempre tem noticiado a ainda lamentável ocorrência da exploração da mão-de-obra no cultivo e na indústria da cana-de-açúcar.

Não é segredo que o trabalho é realmente muito árduo e que submete o trabalhador a profundo desgaste.

Ocorre que este estigma tem afetado toda a indústria canavieira. A chegada da fase da produção dos biocombustíveis propiciou que, como forma de reação dos países contrários ao combustível alternativo, a indústria brasileira fosse mais uma vez rotulada como socialmente injusta.

O selo de qualidade nas relações de trabalho no cultivo e na indústria canavieira tem por escopo estimular que as empresas busquem a melhoria da qualidade das suas relações de trabalho e possam, assim, buscar o reconhecimento da sociedade e do mercado.

Nosso objetivo é ver o trabalhador camponês incorporado a uma empresa que observa a legislação trabalhista, propicia mecanismos para que ele vença as barreiras do ensino, que cumpra suas obrigações fiscais e previdenciárias e que tenha responsabilidade para com o combate à discriminação por gênero ou por deficiência física.



Devido aos fundamentos éticos, jurídicos e sociais deste projeto de lei, esperamos contar com o necessário apoio parlamentar para transformá-lo em norma jurídica, inclusive como mais uma forma de dar eficácia ao princípio constitucional de valorização social do trabalho.

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=400662>

**Data de Apresentação:** 05/08/2008

**Ementa:** Institui o selo de qualidade nas relações de trabalho no cultivo e na indústria canavieira.

**Indexação:** Criação, selo de certificação, qualidade, indústria, cana-de-açúcar, relação, trabalho, cultivo, produção, exigência, critérios, direitos trabalhistas, obrigação trabalhista, obrigação previdenciária, regularização fundiária, política, inclusão, mulher, pessoa portadora de deficiência, concessão, Governo Federal.

**Forma de apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**Regime de tramitação:** Ordinária

## Tramitação:

**05/08/2008** - PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação do Projeto de Lei pela Deputada Rebecca Garcia (PP-AM).*

**12/08/2008** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Trabalho, de Administração e Serviço Público e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária*

**12/08/2008** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação.*

**12/08/2008** - Seção de Registro e Controle de Análise da Proposição/SGM (SECAP(SGM))

*Encaminhamento de Parecer à CCP para publicação.*

**13/08/2008** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 14/08/2008.*

**14/08/2008** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Recebimento pela CAPADR.*

**03/09/2008** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Designada Relatora, Dep. Jusmari Oliveira (PR-BA)*

**04/09/2008** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 05/09/2008)*

**16/10/2008** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.*

**16/12/2008** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)

*Devolvida sem Manifestação.*

**17/12/2008** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Designado Relator, Dep. Homero Pereira (PR-MT)*

**18/11/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CAPADR, pelo Deputado Homero Pereira (PR-MT).*

**18/11/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Parecer do Relator, Dep. Homero Pereira (PR-MT), pela rejeição.*

**01/12/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Vista ao Deputado Zonta.*

**02/12/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Devolução de Vista (Dep. Zonta).*

**08/12/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Retirado de pauta, de ofício.*

**15/12/2010** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Retirado de pauta pelo Relator.*

**31/01/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)  
*Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publicação no DCD do dia 01/02/2011 - Suplemento ao nº 14.*

**09/02/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)  
*Apresentação do REQ 261/2011, pela Dep. Rebecca Garcia, que solicita o desarquivamento de proposição.*

**16/02/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)  
*Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-261/2011.*

**23/03/2011** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Reabertura do Prazo para Emendas ao Projeto - Art. 166 do RICD (5 sessões ordinárias a partir de 24/03/2011)*

**07/04/2011** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.*

**04/05/2011** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Designado Relator Substituto, Dep. Ronaldo Caiado (DEM-GO)*

**04/05/2011** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Apresentação do Parecer do Relator, PRL 2 CAPADR, pelo Dep. Ronaldo Caiado*

**04/05/2011** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Parecer do Relator, Dep. Ronaldo Caiado (DEM-GO), pela rejeição.*

**04/05/2011** - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)  
*Aprovado o Parecer contra os votos dos Deputados Assis do Couto, Jesus Rodrigues, Marcon e Luci Choinacki.*

**18/05/2011** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)  
*Parecer recebido para publicação.*

**18/05/2011** - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)  
*Recebimento pela CTASP.*

**19/05/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)**

*Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural publicado no DCD de 20/05/11, Letra A.*

**31/05/2011 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)**

*Designado Relator, Dep. Sebastião Bala Rocha (PDT-AP)*

**02/06/2011 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)**

*Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 03/06/2011)*

**15/06/2011 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)**

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.*

**18/10/2011 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)**

*Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CTASP, pelo Deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AP).*

**19/10/2011 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)**

*Devolvido ao Relator, Dep. Sebastião Bala Rocha (PDT-AP)*

**25/10/2011 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)**

*Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CTASP, pelo Deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AP).*

*Parecer do Relator, Dep. Sebastião Bala Rocha (PDT-AP), pela aprovação, com substitutivo.*

**26/10/2011 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)**

*Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões ordinárias a partir de 27/10/2011).*

**16/11/2011 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)**

*Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.*

**03/04/2013 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária**

*Retirado de pauta a requerimento do Deputado Ronaldo Nogueira.*

**18/04/2013 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)**

*Apresentação do Voto em Separado n. 1 CTASP, pelo Deputado Sandro Mabel (PMDB-GO).*

**24/04/2013 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)**

*Apresentação do Voto em Separado n. 1 CTASP, pelo Deputado Sandro Mabel (PMDB-GO).*

**24/04/2013 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária**

*Retirado de pauta, "ex-officio".*

**08/05/2013 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)**

*Devolvido ao Relator, Dep. Sebastião Bala Rocha (PDT-AP), para reexame.*

**21/05/2013 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)**

*Devolvida sem Manifestação.*

**23/05/2013 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)**

*Designado Relator, Dep. Sandro Mabel (PMDB-GO)*

## PROJETO DE LEI, Nº 3.371 DE 2012

*Autor: Alceu Moreira - PMDB/RS*

*Dispõe sobre a revisão quinquenal da Lei que institui o código florestal brasileiro.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Será revista a cada cinco anos a Lei que institui o código florestal brasileiro, visando a assegurar que a proteção da vegetação nativa se realize de forma harmoniosa com o desenvolvimento agropecuário.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

---

### Justificativa:

O Brasil é um país de inequívoca vocação agrícola. Desde o século XVI até o presente, o setor agropecuário nacional desenvolveu-se de forma extraordinária e continua a fazê-lo, garantindo o crescimento do produto interno bruto, proporcionando resultados positivos no comércio internacional e a estabilidade econômica a que chegamos nas últimas décadas.

A harmonia entre o desenvolvimento agropecuário e a proteção da flora e da fauna nativas constituem uma preocupação permanente do legislador brasileiro. Foi assim que, em 1934, editou-se o primeiro código florestal brasileiro, na forma do Decreto nº 23.793, que vigeu até sua substituição pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Esta Lei, que trouxe importantes inovações, como as áreas de proteção permanente e reserva legal, teve grande importância. Vigendo por várias décadas, todavia, tornou-se obsoleta, impondo dificuldades descabidas ao produtor rural contemporâneo.

Ao longo de muitos anos tramitaram no Congresso Nacional diversos projetos de lei com a finalidade de revisar o código florestal de 1965 (Lei nº 4.771), conferindo-lhe a necessária atualidade. Finalmente, no ano de 2011, a Câmara dos Deputados aprovou Substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.876, de 1999, e apensos. O Senado Federal, no exercício da função revisora, aprovou outro Substitutivo, implicando o retorno da matéria à Câmara para deliberação sobre as emendas da Casa revisora, antes de seguir para a sanção presidencial.

Como legisladores argutos e responsáveis que somos, todos os que ocupamos as cadeiras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, devemos preocupar-nos em evitar que o novo código florestal, que deverá entrar em vigor em 2012, se torne obsoleto ao longo dos anos, como ocorreu com a Lei nº 4.771, de 1965, e que de forma semelhante venha a criar obstáculos desnecessários ao processo de desenvolvimento do País.

Por meio deste Projeto de Lei, pretendemos instituir uma periodicidade quinquenal para a revisão da Lei que institui o código florestal brasileiro, preservando-se assim a sua atualidade e procurando assegurar que a proteção da vegetação nativa se realize de forma harmoniosa com o desenvolvimento agropecuário. Esperamos contar com o imprescindível apoio de nossos Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em 07 de março de 2012.

Deputado ALCEU MOREIRA

## Informações complementares:

Link para consulta no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=536240>

**Data de Apresentação:** 07/03/2012

**Ementa:** Dispõe sobre a revisão quinquenal da Lei que institui o Código Florestal Brasileiro.

**Indexação:** Fixação, prazo, quinquênio, revisão, Código Florestal Brasileiro.

**Forma de apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**Regime de Tramitação:** Ordinária

## Tramitação:

### 07/03/2012 - PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação do Projeto de Lei n. 3371/2012, pelo Deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), que: "Dispõe sobre a revisão quinquenal da Lei que institui o código florestal brasileiro". Inteiro teor*

### 07/03/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Publicação inicial no DCD do dia 08/03/2012*

### 23/03/2012 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Às Comissões de*

*Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e*

*Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II*

*Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II*

*Regime de Tramitação: Ordinária Inteiro teor*

### 23/03/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Publicação do despacho no DCD do dia 24/03/2012*

### 31/03/2012 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Encaminhada à publicação. Avulso Inicial*

### 10/04/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

*Recebimento pela CMADS.*

### 19/04/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

*Designado Relator, Dep. Paes Landim (PTB-PI)*

### 20/04/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

*Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 23/04/2012)*

### 08/05/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.*

### 10/04/2013 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

*Devolvida sem Manifestação.*

**10/04/2013 - PLENÁRIO (PLEN)**

*Apresentação do Requerimento de Reconstituição de proposição n. 7469/2013, pelo Deputado Penna (PV-SP), que: "Requer a reconstituição do Projeto de Lei nº 3.371/2012".*

**15/04/2013 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**

*Deferido o REQ 7469/13, conforme despacho do seguinte teor: "Defiro a reconstituição do Projeto de Lei n. 3.371/2012, nos termos do art. 106 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se."*

**21/05/2013 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)**

*Designado Relator, Dep. Sarney Filho (PV-MA)*

## PROJETO DE LEI, Nº 1.370 DE 2011

*Autor: Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB /SP*

*Proíbe a utilização de dióxido de titânio em alimentos e cosméticos.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibida a adição de dióxido de titânio em alimentos e cosméticos.

Art. 2º O descumprimento sujeitará os infratores às penas previstas na Lei 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após sua publicação.

---

### Justificativa

O dióxido de titânio é um pigmento branco inorgânico bastante usado em cosméticos, tintas e corantes de alimentos. Em bloqueadores solares, seu uso é bastante comum em virtude de sua propriedade física de barrar a radiação da luz solar. No entanto, tem sido levantada a preocupação com a deposição deste composto nas águas, uma vez lavado da pele e levado pelo esgoto doméstico. O temor é que, ao impedir a penetração da luz solar, ele possa provocar alterações no ambiente dos organismos aquáticos, a começar pelas algas.

Já existem normas que disciplinam o destino de tintas de forma a evitar a contaminação ambiental. Além disto, seu uso é restrito, e feito por profissionais. Porém, no caso do uso amplo de cosméticos pela população, tal controle torna-se impraticável. Junte-se a isto o argumento de que existem compostos mais eficazes para a proteção solar que o óxido de titânio, e veremos que ele pode ser substituído em nome de maior segurança para o meio ambiente.

No caso de alimentos, apesar de admitido como aditivo não apenas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária mas por outros órgãos mundiais, estudos indicam potencial de causar lesões inflamatórias no trato intestinal de animais de experimentação. Devo salientar que existem muito poucas pesquisas sobre os riscos de seu uso. Novamente, como seu emprego é basicamente para colorir, sugere o bom senso que ele também não integre a composição de alimentos.

O descumprimento à proibição de usar o dióxido de titânio será considerado infração à legislação sanitária federal.

Desta forma, pensando em proteger a coletividade, apresentamos o presente Projeto de Lei, que veda o uso do dióxido de titânio em cosméticos e alimentos. Esperamos contar com o apoio dos ilustres

Pares para sua aprovação.

---

### Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

[http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=502584](http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=502584)

**Data de apresentação:** 17/05/2011

**Ementa:** Proíbe a utilização de dióxido de titânio em alimentos e cosméticos.

**Indexação:** Proibição, adição, produto químico, alimento, cosmético.



**Forma de Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**Regime de tramitação:** Ordinária

## Tramitação:

**17/05/2011 - PLENÁRIO (PLEN)**

*Apresentação do Projeto de Lei n. 1370/2011, pelo Deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), que: "Proíbe a utilização de dióxido de titânio em alimentos e cosméticos".*

**17/05/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)**

*Publicação inicial no DCD do dia 18/05/2011*

**25/05/2011 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**

*Às Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD). Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária*

**25/05/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)**

*Publicação do despacho no DCD do dia 26/05/2011*

**26/05/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)**

*Encaminhada à publicação. Avulso Inicial*

**26/05/2011 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)**

*Recebimento pela CMADS.*

**28/07/2011 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)**

*Designado Relator, Dep. Marcos Montes (DEM-MG)*

**03/08/2011 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)**

*Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 04/08/2011)*

**16/08/2011 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)**

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Foi apresentada uma emenda.*

**20/03/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)**

*Devolvida sem Manifestação.*

**23/03/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)**

*Designado Relator, Dep. Marco Tebaldi (PSDB-SC)*

**09/05/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)**

*Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CMADS, pelo Deputado Marco Tebaldi (PSDB-SC).*

*Parecer do Relator, Dep. Marco Tebaldi (PSDB-SC), pela aprovação deste, e da Emenda 1/2011 da CMADS.*

**23/05/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária**

*Aprovado requerimento de retirada de pauta do Deputado Márcio Macêdo.*

**30/05/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária**

*Aprovado requerimento de retirada de pauta do Deputado Márcio Macêdo.*

**03/07/2012 - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)**



*Apresentação do Voto em Separado n. 1 CMADS, pelo Deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP).*

**22/08/2012** - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

*Vista à Deputada Marina Santanna.*

**29/08/2012** - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

*Prazo de Vista Encerrado*

**19/09/2012** - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

*Retirado de pauta, de ofício.*

**09/10/2012** - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS)

*Apresentação do Voto em Separado n. 2 CMADS, pelo Deputado Márcio Macêdo (PT-SE).*

*Apresentação do Voto em Separado n. 3 CMADS, pelo Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos (PR-MG).*

**07/11/2012** - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

*Discutiram a Matéria: Dep. Bernardo Santana de Vasconcellos (PR-MG), Dep. Penna (PV-SP) e Dep. Leonardo Monteiro (PT-MG).*

*Aprovado o Parecer, contra os votos dos Deputados Fernando Marroni, Bernardo Santana de Vasconcellos, Leonardo Monteiro e Marina Santanna. Os Deputados Ricardo Tripoli, Márcio Macêdo e Bernardo Santana de Vasconcellos apresentaram votos em separado.*

**09/11/2012** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Parecer recebido para publicação.*

**09/11/2012** - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

*Recebimento pela CSSF.*

**19/11/2012** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável publicado no DCD de 20/11/12, Letra A.*

**14/03/2013** - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

*Designado Relator, Dep. André Zacharow (PMDB-PR)*

**20/03/2013** - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

*Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 21/03/2013)*

**04/04/2013** - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Foi apresentada uma emenda.*

**22/05/2013** - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

*Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CSSF, pelo Deputado André Zacharow (PMDB-PR).*

*Parecer do Relator, Dep. André Zacharow (PMDB-PR), pela rejeição deste, e pela prejudicialidade da Emenda 1/2013 da CSSF.*

## PROJETO DE LEI Nº 505, DE 2011

*Antonio Carlos Mendes Thame – PSDB/SP*

*Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação em cardápios e cartazes de bares, restaurantes, lanchonetes e similares sobre os valores calóricos dos alimentos e refeições oferecidos ao consumidor.*

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º. Bares, restaurantes, lanchonetes e similares ficam obrigados a informar ao consumidor, em cardápios e listas de preços de refeições e alimentos elaborados e prontos para servir, o conteúdo calórico das refeições e alimentos comercializados.

Art. 2º. O descumprimento ao disposto nesta lei sujeita os estabelecimentos às sanções previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1970, “que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, constituindo-se em infração sanitária, sem prejuízo de outras sanções de natureza civil ou penal cabíveis.

Art. 3º. Cabe ao Poder Executivo regulamentar a matéria no prazo de 180 dias.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

---

### Justificativa:

A discussão acerca da qualidade alimentar está em pauta em todo o planeta. A proposição em tela trata-se, em última instância, de uma iniciativa voltada à saúde pública, apresentando-se, portanto, como um tema de grande interesse para o administrador público e a população em geral.

Na publicação do Ministério da Saúde, “Saúde Brasil 2006: uma análise da situação de saúde”, consta que as doenças cardiovasculares são hoje, no Brasil, as maiores causadoras de óbitos por doença, consumindo quase metade do orçamento público de assistência médica. Ademais, o país convive com a incidência crescente, em adultos e crianças, da obesidade e do diabetes, prenúncio de aumento de despesas com o orçamento público da assistência à saúde.

Todos esses males estão fortemente relacionados a uma alimentação inadequada, especialmente em função da falta de informação qualitativa sobre os alimentos consumidos e à desatenção generalizada quanto à ingestão de calorias em excesso e ao consumo desregrado de substâncias presentes nos alimentos em altos níveis e por isso capazes de aportar malefícios à saúde, como o excesso de sódio, de açúcar, os nitratos e substâncias conservantes e colorantes. Não sem razão a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera a obesidade como a epidemia do século 21.

No Brasil, atualmente 40% da população está acima do peso: 27,5% dos homens e 12,5% das mulheres são obesos. A situação é tão grave que a obesidade – e suas conseqüências para a saúde – supera a desnutrição. Um dos fatores que favoreceram esse quadro é a mudança dos hábitos alimentares, notadamente nos grandes centros urbanos, onde vive a maioria da população brasileira e domina o costume de fazer a principal refeição do dia fora de casa.

A presente proposição teve origem em projeto da legislatura anterior, de autoria do deputado Uldurico Pinto, já arquivada, cujos méritos nos levaram a perfilhá-la e fazer sua reapresentação, buscando criar a obrigação geral de fazer constar as informações relativas ao conteúdo calórico dos alimentos prontos e refeições preparadas por estabelecimentos comerciais de restauração.

Essa iniciativa integra-se, perfeitamente, na proposta de Estratégia Global para a Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde, da Organização Mundial da Saúde - OMS, que sugere a formulação e implantação de políticas e programas efetivos para reduzir substancialmente mortes e doenças relacionadas à alimentação inadequada em todo o mundo, incluindo a adoção de “legislações efetivas”.

Desde logo se observe à medida que estamos aqui propondo ser de fácil implementação, considerando existir literatura técnico-científica abundante sobre a questão. Exemplo disso valioso subsídio pode ser encontrado no documento disponibilizado na Rede Mundial de Computadores:

[http://www.unicamp.br/nepa/taco/contar/taco\\_versao2.pdf](http://www.unicamp.br/nepa/taco/contar/taco_versao2.pdf).

Além do que, o assessoramento de nutricionistas ou a padronização das refeições podem ser medidas ao alcance de qualquer estabelecimento bem gerido e contribuirão para tornar mais efetiva e reduzir o custo de implementação da legislação, para seus destinatários.

Diante do exposto, conclamamos os ilustres pares a apoiar esta proposição.

Sala das Sessões, em 22 de fevereiro de 2008.

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame

(PSDB-SP)

---

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=493052>

**Data de Apresentação:** 22/02/2011

**Ementa:** Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação em cardápios e cartazes de bares, restaurantes, lanchonetes e similares sobre os valores calóricos dos alimentos e refeições oferecidos ao consumidor.

**Indexação:** Obrigatoriedade, bar, restaurante, lanchonete, informação, consumidor, caloria, refeição, cardápio, cartaz.

**Forma de apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**Regime de Tramitação:** Ordinária.

---

## Tramitação:

**22/02/2011 - PLENÁRIO (PLEN)**

*Apresentação do Projeto de Lei n. 505/2011, pelo Deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação em cardápios e cartazes de bares, restaurantes, lanchonetes e similares sobre os valores calóricos dos alimentos e refeições oferecidos ao consumidor".*

**22/02/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)**

*Publicação inicial no DCD do dia 23/02/11 PÁG 8832 COL 01.*

**08/04/2011 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**

*Às Comissões de Defesa do Consumidor; Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II*

*Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II*

*Regime de Tramitação: Ordinária*

**11/04/2011 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)**

*Publicação do despacho no DCD 12/04/11 PÁG 16912 COL 02.*

**13/04/2011** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Recebimento pela CDC.*

**13/04/2011** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Encaminhada à publicação. Avulso Inicial*

**13/04/2011** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Designado Relator, Dep. Raimundão (PMDB-CE)*

**15/04/2011** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 18/04/2011)*

**28/04/2011** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.*

**19/10/2011** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CDC, pelo Dep. Raimundão*

*Parecer do Relator, Dep. Raimundão (PMDB-CE), pela rejeição.*

**09/11/2011** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) - 10:30 Reunião Deliberativa Extraordinária

*Retirado de pauta devido à aprovação de Requerimento dos Deps. Raimundão e Carlos Sampaio.*

**23/11/2011** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) - 10:00 Reunião Deliberativa Extraordinária

*Retirado de pauta pelo Relator para reformulação de parecer.*

**30/11/2011** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

*Retirado de pauta a pedido do Dep. Rogério Marinho.*

**07/12/2011** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

*Vista ao Deputado Nelson Marchezan Junior.*

**13/12/2011** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Prazo de Vista Encerrado*

**14/12/2011** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Apresentação do Voto em Separado n. 1 CDC, pelo Deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP).*

**14/12/2011** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária

*Retirado de pauta pelo Relator.*

**13/03/2012** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Designado Relator, Dep. Wolney Queiroz (PDT-PE)*

**08/05/2013** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Apense-se a este(a) o(a) PL-5469/2013.*

**15/05/2013** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Devolvida sem Manifestação.*

**23/05/2013** - Comissão de Defesa do Consumidor (CDC)

*Designado Relator, Dep. César Halum (PSD-TO)*

## PROJETO DE LEI, Nº 826 DE 2007

*Autor: Fernando Coruja - PPS/SC*

*Proíbe a industrialização e comercialização de produtos alimentícios em cuja composição conste gordura transaturada.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Os alimentos industrializados contendo gordura transaturada, também conhecida como gordura trans, terão sua fabricação e comercialização proibidos a partir de 1º de janeiro de 2010.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

---

### Justificativa:

O site [http://www.diabetes.org.br/Colunistas/Observatorio\\_Cientifico/index.php?id=952](http://www.diabetes.org.br/Colunistas/Observatorio_Cientifico/index.php?id=952) acessado em 18 de abril de 2007, mantido e atualizado pela conceituada Sociedade Brasileira de Diabetes, divulga artigo datado de 16.01.2007, de autoria do Dr. Rodrigo Lamountier.

Depreende-se da longa exposição, em resumo, que a estrutura de ácidos graxos Cis e Trans são diferentes, consoante os resultados obtidos por estudos científicos cujo gráfico pode ser visualizado no referido artigo.

A gordura trans é uma definição química. Essa definição indica, quanto aos ácidos graxos insaturados, que os mesmos apresentam pelo menos uma dupla ligação na posição trans, ou seja, os átomos de hidrogênio cruzam a cadeia de carbono de sua configuração, por meio de sua dupla ligação.

A gordura trans é produzida por meio de um processo industrial que transforma óleos de origem vegetal em gordura semi sólida, para uso em margarinas, processamento e preparo industrial de alimentos. Esse processo consiste na hidrogenação da gordura de modo que óleos parcialmente hidrogenados originam gorduras trans com o objetivo de tornar os óleos mais sólidos para facilitar seu manuseio.

Esse processo aumenta o chamado tempo de estoque em prateleira e dá à gordura gosto e textura agradáveis principalmente nos alimentos industrializados que se tornam apetitosos por serem crocantes, como biscoitos e salgadinhos (snacks).

Atualmente, o mercado está abarrotado de alimentos que contêm, em sua composição, gordura trans, notadamente nas frituras, como é o caso das batatas fritas industrializadas que atraem o gosto dos adultos e, principalmente, das crianças.

Além disso, a gordura trans está presente também em inúmeros outros produtos industrializados, como por exemplo: pipoca de microondas, biscoitos recheados, bolachas, sanduíches de fast food, cookies, brownies, doces e salgados confeccionados em confeitarias e padarias, nuggets, pizzas, sorvetes, bem como em misturas industrializadas para a confecção caseira de bolos e tortas.

A proibição da venda desses produtos industrializados em cantinas de escolas, ou a obrigatoriedade de indicação desse tipo de gordura na rotulagem dos alimentos industrializados, são proposições meritórias já apresentadas e que se encontram em tramitação que, no entanto, apenas minimizam o problema mas não resolvem as suas causas. Isto porque, a comida caseira também se encontra sujeita a ser preparada pela famigerada gordura trans, presente nas margarinas industriais comuns utilizadas em grande escala, em razão de seu preço acessível, e de seu fácil manuseio.

No artigo acima mencionado, publicado pela Sociedade Brasileira de Diabetes, foi divulgado que há diversos estudos de larga escala e alguns estudos clínicos de curto prazo, que avaliaram os efeitos colaterais relacionados ao consumo de gordura trans na saúde humana. Esses estudos indicam os efeitos do consumo de gordura trans em comparação ao consumo da mesma quantidade de gordura saturada ou de gordura insaturada cis. O consumo de gordura trans aumenta os níveis de LDL colesterol, diminui o HDL e aumenta a relação colesterol total/HDL. Esses efeitos são fatores de risco cardiovascular(CV). Além disso,

a gordura trans aumenta os níveis de triglicérides, os níveis de Lipoproteína Lp(a) e ainda reduz o tamanho da partícula de LDL, o que torna a molécula mais aterogênica.

O consumo de gordura trans tem diversos efeitos prejudiciais do ponto de vista do metabolismo lipídico e, pelos estudos relatados, a relação entre risco CV atribuível ao consumo de gordura trans é ainda maior do que o esperado pelas alterações descritas. Portanto, há alteração em outros fatores de risco CV.

O consumo de gordura trans esteve relacionado em alguns estudos com aumento de atividade de citocinas marcadoras de atividade inflamatória, como TNF (Fator de necrose Tumoral), aumento de interleucina-6 e de Proteína C-reativa. A presença de inflamação é também estabelecida como fator de risco independente para aterogênese, doença CV, e diabetes entre outros desfechos. Assim, o efeito próinflamatório da gordura trans pode contribuir para aumentar o risco CV associado ao seu consumo. Além disso, alguns estudos têm mostrado também que o consumo de gordura trans está relacionado à disfunção endotelial, etapa inicial do processo aterosclerótico.

Em vista do exposto, e considerando os estudos científicos mais recentes, justifica-se a presente proposição face ao comprovado efeito deletério do consumo da gordura trans à saúde humana. Assim, este projeto de lei se encontra alinhado à tendência dos países desenvolvidos de reduzir o consumo desse tipo de gordura em alimentos industrializados como, por exemplo, o Canadá, os Estados Unidos e a Austrália, que nos últimos meses vêm implementando ações efetivas em defesa da saúde humana de adultos e crianças.

Ressalta-se, finalmente, que as proibições de produzir margarinas contendo gordura trans, de industrializar alimentos em cuja composição conste gordura trans e de comercializar esses produtos no país, infelizmente, não pode ser imediata. É necessário conceder um período de tempo para que a indústria de alimentos se adapte à proibição e, para tanto, nos parece razoável conceder um lapso de cerca de três anos para que essa adaptação venha a ocorrer sem prejuízo para o setor industrial envolvido.

---

## Informações complementares:

Link da Internet para visualização no site da Câmara dos Deputados:

[http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=349248](http://www.camara.gov.br/internet/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=349248)

**Data de Apresentação:** 24/04/2007

**Ementa:** Proíbe a industrialização e comercialização de produtos alimentícios em cuja composição conste gordura transaturada.

**Explicação da Ementa:** Conhecida como gordura "trans".

**Indexação:** Proibição, industrialização, comercialização, fabricação, produto alimentício, composição, gordura.

**Forma de apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**Regime de tramitação:** Ordinária

---

## Tramitação:

**24/04/2007** - PLENÁRIO (PLEN)

*Apresentação do Projeto de Lei pelo Deputado Fernando Coruja (PPS-SC).(íntegra)*

**09/05/2007** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Apense-se à(ao) PL-2356/2003. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Ordinária (íntegra)*

**09/05/2007** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação.*



**10/05/2007 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)**

*Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 11/5/07 PÁG 22530 COL 02.(íntegra)*

**10/05/2007 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)**

*Recebimento pela CCJC.*

**26/06/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**

*Apense-se a este o PL-1319/2007.(íntegra)*

**12/07/2007 - PLENÁRIO (PLEN)**

*Apresentação do requerimento nº 1345/07, do Deputado Sarney Filho, que solicita a desapensação dos Projetos de Lei 826 e 1.319, ambos de 2007 dos autos do Projeto de Lei 2.356, de 2003.(íntegra)*

**18/07/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**

*Às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II Regime de Tramitação: Ordinária (íntegra)*

**18/07/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**

*Deferido o REQ 1345/07, conforme despacho do seguinte teor: Defiro. Desapensem-se os PL n. 826/07 e n. 1.319/07 do PL n. 2.356/03. Por oportuno, distribua-se o PL n. 826/07 às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54) - art. 24, II - rito de tramitação: ordinária. Apense-se o PL n. 1.319/07 ao PL n. 826/07. Publique-se. Oficie-se. DCD 02 08 07 PAG 37734 COL 01. (íntegra)*

**01/08/2007 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)**

*À CCJC o Memorando nº 188/07 - COPER solicitando a desapensar do de nº 2356/03 e devolver à CCP os PLs 826 e 1319/07(íntegra)*

**02/08/2007 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)**

*Devolução à CCP*

**02/08/2007 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)**

*Recebimento pela CDEIC, com a proposição PL-1319/2007 apensada.*

**15/08/2007 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)**

*Designado Relator, Dep. Dr. Ubiali (PSB-SP)*

**16/08/2007 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)**

*Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 17/08/2007)*

**28/08/2007 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)**

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.*

**29/08/2007 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)**

*Apense-se a este o PL-1770/2007.*

**04/10/2007 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)**

*Apresentação do REQ 72/2007 CDEIC, pelo Dep. Dr. Ubiali, que "requer Audiência Pública prévia na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio para o Projeto de Lei nº 826, de 2007 (apensados os Projetos de Lei nº 1.319, de 2007, e nº 1.770, de 2007).*

**17/10/2007 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)**

*Aprovado requerimento do Sr. Dr. Ubiali que requer Audiência Pública prévia na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio para o Projeto de Lei nº 826, de 2007 (apensados os Projetos de Lei nº 1.319, de 2007, e nº 1.770, de 2007).*

**28/05/2008 - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)**

*Apresentação do Parecer do Relator, PRL 1 CDEIC, pelo Dep. Dr. Ubiali*

**28/05/2008** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Parecer do Relator, Dep. Dr. Ubiali (PSB-SP), pela rejeição deste, do PL 1319/2007, e do PL 1770/2007, apensados.(íntegra)*

**02/07/2008** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Aprovado por Unanimidade o Parecer.*

**03/07/2008** - Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC)

*Encaminhamento de Parecer à CCP para publicação - Ofício nº 110/2008-CDEIC.*

**03/07/2008** - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

*Recebimento pela CSSF, com as proposições PL-1319/2007, PL-1770/2007 apensadas.*

**03/07/2008** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Parecer recebido para publicação.*

**07/07/2008** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio publicado no DCD de 08/07/08, PÁG 31714 COL 01, Letra A.(íntegra)*

**15/07/2008** - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

*Designado Relator, Dep. Dr. Talmir (PV-SP)*

**16/07/2008** - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

*Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões ordinárias a partir de 17/07/2008)*

**19/08/2008** - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.*

**12/05/2010** - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

*Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CSSF, pelo Deputado Dr. Talmir (PV-SP).(íntegra)*

**12/05/2010** - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

*Parecer do Relator, Dep. Dr. Talmir (PV-SP), pela aprovação deste, do PL 1319/2007, e do PL 1770/2007, apensados, com substitutivo.(íntegra)*

**14/05/2010** - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

*Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões ordinárias a partir de 17/05/2010)*

**26/05/2010** - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

*Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.*

**31/01/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publicação no DCD do dia 01/02/2011 - Suplemento ao nº 14.*

**30/05/2011** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-1844/2011.*

**12/04/2012** - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

*Designada Relatora, Dep. Célia Rocha (PTB-AL)*

**16/04/2012** - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

*Reabertura do Prazo para Emendas ao Projeto - Art. 166 do RICD (5 sessões ordinárias a partir de 17/04/2012)*

**26/04/2012** - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

*Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.*

**03/05/2012** - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)



*Devolvida sem Manifestação.*

**25/05/2012** - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

*Designado Relator, Dep. Dr. Jorge Silva (PDT-ES)*

**21/11/2012** - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

*Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CSSF, pelo Deputado Dr. Jorge Silva (PDT-ES).*

*Parecer do Relator, Dep. Dr. Jorge Silva (PDT-ES), pela aprovação deste, do PL 1319/2007, e do PL 1770/2007, apensados, com substitutivo.*

**22/11/2012** - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

*Prazo para Emendas ao Substitutivo (5 sessões ordinárias a partir de 23/11/2012)*

**06/12/2012** - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)

*Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.*

**27/03/2013** - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) - 09:30 Reunião Deliberativa Ordinária

*Aprovado por Unanimidade o Parecer.*

**10/04/2013** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Parecer recebido para publicação.*

**10/04/2013** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Recebimento pela CCP, com as proposições PL-1319/2007, PL-1770/2007 apensadas.*

**10/04/2013** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*À SGM Ofício n°331/2013 da CSSF comunicando divergência de pareceres com relação a este.*

**11/04/2013** - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

*Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Seguridade Social e Família Publicado no DCD de 12/04/2013, Letra B.*

**11/04/2013** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Recebido o Ofício n. 331/13, da CSSF, comunicando que o PL 826/07, recebeu pareceres divergentes nas CDEIC e CSSF.*

**19/04/2013** - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)

*Transfira-se ao Plenário a competência para apreciar o Projeto de Lei n. 826/2007, porquanto se configurou a hipótese do art. 24, II, "g", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se. Oficie-se.*

**22/04/2013** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Recebimento pela CCJC, com as proposições PL-1319/2007, PL-1770/2007 apensadas.*

**14/05/2013** - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

*Designado Relator, Dep. Nazareno Fonteles (PT-PI)*